

Exploração de madeiras no vale do rio Tocantins (1951-1954): um empreendimento estatal “fantasma” *

Dulce Portilho Maciel

Professora da UEG

dportilho@uol.com.br

Resumo

Este trabalho trata das ações de extração, beneficiamento e comercialização de madeiras nobres - cedro vermelho e mogno - realizadas pela Fundação Brasil Central (FBC), por meio de seu Serviço de Exploração de Madeiras (SEM), no vale do rio Tocantins, durante o Segundo governo Vargas (1951-1954). A FBC vinculava-se diretamente à presidência da República. O presidente da FBC, no período em foco, pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que integrava a base de sustentação parlamentar do governo Vargas. O SEM, embora contasse com uma gerência de elevada competência técnica, viu-se, em sua ação, direcionado para o atendimento de interesses políticos do PTB. Sua extinção coincidiu com a ocasião do falecimento de Vargas. Este trabalho fundamenta-se em documentação original, integrante do acervo da FBC, atualmente guardado nas dependências do Arquivo Nacional, em Brasília.

Abstract

This paper concerns the extraction, processing, and commercialization of native hardwoods from the Amazon – red cedar and mahogany – undertaken by the Central Brazil Foundation (FBC), through its Hardwood Exploration Service (SEM), in the Tocantins River Valley, during the second Vargas government (1951-1954). The FBC was subordinated directly to the presidency of Brazil. The president of the FBC, in the period in question, belonged to the Brazilian Labor Party (PTB), which formed part of the parliamentary support base of the Vargas government. The SEM, although housing a highly technical management, served the political interests of the PTB. The SEM's extinction coincided with the occasion of Vargas' death. The research of this paper was based on original documentation, belonging to the FBC collection, currently stored in the National Archives, in Brasilia.

Introdução

Em julho de 1945, o governo do Estado do Pará doou à Fundação Brasil Central (FBC) extensas áreas de terras devolutas, uma delas situada no vale do rio Tocantins. A FBC fora criada em outubro de 1943, com a finalidade de servir de instrumento da ação direta do Estado (governo federal) sobre o território brasileiro, nas regiões Centro-Oeste e Amazônica. À FBC vincularam-se, entre 1943 e 1944, quatro empresas subsidiárias de capital misto e uma de propriedade da União, em regime de administração delegada.

Em dezembro de 1951, instalou-se na sede da FBC (na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal), o Serviço de Exploração de Madeiras (SEM). A nova unidade encarregou-se, desde logo, da elaboração de um projeto, envolvendo instituições como o Conselho Nacional de Pesquisa (CNP, atual CNPq), a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Organização para Alimentação e Agricultura (FAO – Food and Agriculture Organization), da Organização das Nações Unidas. Esse projeto tinha por objetivo atrair capitais estrangeiros e nacionais, com os quais a FBC pudesse associar-se para a extração, industrialização e comércio de madeiras de lei da região do médio rio Tocantins.

Aquele projeto foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira e, mediante cooperação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, também pela imprensa norte-americana. O projeto referia-se a uma área de 15.000 quilômetros quadrados, entre as cidades de Jatobal e Tucuruí, em que era elevada a concentração de espécies florestais, na época, muito valorizadas nos principais mercados consumidores de madeira, sobretudo, o cedro vermelho (*cedrella odorata*) e o mogno (*swietenia macrophylla*).

No início de 1953, o SEM tornara-se o maior produtor nacional de madeira roliça dessas duas espécies. Várias empresas nacionais e estrangeiras envolveram-se em negócios com o SEM. A maior parte de sua produção foi vendida, entretanto, a uma empresa de São Paulo, a Brasselva S. A., organizada com capitais de origem estrangeira com a finalidade específica de industrializar e/ou distribuir aquela produção nos mercados nacional e internacional.

Em setembro de 1954, todavia, paralisaram-se as atividades do SEM. Um pouco antes disso, em julho daquele ano, o gerente-técnico desse Serviço, Francisco Grywinski, escrevera ao então presidente da FBC, Archimedes Pereira Lima, manifestando seu desapontamento, diante da perspectiva que podia vislumbrar, de malogro de seus esforços na condução daquele empreendimento madeireiro:

... foi informado... que o Serviço de Exploração de Madeiras da F.B.C. não existe..., que tudo que faz é... 'ilegal', e, portanto não tem direito de atuar externamente. Depois de quase três anos de existência, ficou definido que o Serviço de Exploração de Madeiras da FBC é um produto abstrativo da imaginação, o serviço 'fantasma'. V. Exa. não acha isso ridículo? (Correspondência, 1º jul. 1954; grifo nosso)¹

A exploração de madeiras no vale do rio Tocantins iniciou-se na segunda metade do século XVII e, como no caso acima, por iniciativa estatal, daquela vez, de parte da metrópole colonial portuguesa. Naquela época, foram ali instaladas as chamadas Fábricas Reais, a fim de que se encarregassem do beneficiamento primário de madeiras de lei, destinadas à exportação para o mercado metropolitano e, por outro lado, de abastecer de madeira beneficiada o arsenal português de marinha, na época, instalado na po-

¹ Esse documento integra o acervo documental da FBC, atualmente sob custódia da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, órgão a ser referido, de aqui em diante, pelas iniciais AN-DF.

voação denominada Presépio, origem da cidade de Belém (do Pará).

Durante o período colonial da história do Brasil, estabeleceram-se no vale do rio Tocantins sete fábricas reais. Em decorrência de suas atividades, formaram-se ali diversas povoações, origem dos futuros núcleos urbanos de Moju, Cametá, Igarapé-Miri, Abaetetuba, Acará, Barbacena, Conde, Baião e Beja (MENEZEZ; GUERRA, 1998,125-126). Conforme estudo realizado por Maria Nazaré Menezes e Gutemberg Guerra, no final do Século XVIII, a “escassez de madeira [das espécies então valorizadas, como tatajuba, pau-amarelo, macacaúba, pau-d’arco e pequiá] se fazia sentir por todo o vale do Tocantins, sendo necessárias expedições por outras regiões do vale amazônico para suprir as necessidades das fábricas reais” (Idem, 132). A devastação da floresta, naquela região, produzida pelas atividades destas fábricas, levou a administração colonial a, em meados do século XVIII, criar a Conservadoria das Matas com a finalidade de estabelecer normas racionais de exploração da floresta e exercer fiscalização sobre as atividades madeiras.

A partir do início do século XIX, fatores conjunturais da história política e econômica do Brasil levaram ao enfraquecimento das atividades madeiras naquela região, favorecendo, assim, a regeneração da floresta. Em razão disso, bem como da mudança de preferências nos mercados consumidores de madeira, quanto às espécies de maior valor na década de 1950, a densidade de algumas espécies muito valorizadas nesses mercados, ali encontradas, permitia o estabelecimento de atividades altamente produtivas em exploração madeireira. Deste ponto de vista, o empreendimento encetado pelo Serviço de Exploração de Madeiras da FBC encontrou, como se verá neste trabalho, condições excepcionalmente favoráveis à lucratividade.

A elaboração deste trabalho tem em vista resgatar fatos concernentes à retomada, ao inaugurar-se a segunda metade do Século XX, por iniciativa estatal, da marcha de devastação da natureza na região do médio Tocantins, movimento que se aceleraria a seguir, em decorrência de outras medidas governamentais, como a construção da rodovia Belém-Brasília (segunda metade dos anos 1950) e a implantação dos mega-empreendimentos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e do Projeto Grande Carajás (anos de 1970 e 1980).

O trabalho contém uma descrição sucinta das condições vigentes naquela região, no período aqui em foco, quanto ao seu patrimônio florestal e aos métodos utilizados para sua exploração, neste caso, tanto os tradicionais como as inovações que neles se introduziram ou se pretenderam introduzir, mediante as atividades do SEM. O trabalho traz à luz, por outro lado, a maneira como um dado jogo político-partidário, envolvendo autoridades federais e estaduais (paraenses), afetou as atividades do SEM e, ademais, os modos pelos quais se praticaram irregularidades de toda ordem no trato com o dinheiro público em ações relacionadas com a gestão do empreendimento em causa.

O presente trabalho baseia-se em fontes primárias de pesquisa, em que predominam documentos originais preservados pela FBC, integrantes do fundo documental desta instituição, atualmente sob a guarda da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

1 - Fundação Brasil Central: breve nota²

A FBC foi fundada em outubro de 1943 com a finalidade, segundo o decreto de sua criação, de “desbravar e colonizar as zonas

2 Artigo de nossa autoria arrolado nas referências bibliográficas deste trabalho contém narrativa mais exaustiva sobre a trajetória histórica da FBC. (MACIEL, 2012, 29-52).

compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental". Foi uma das primeiras instituições, no Brasil e no mundo, criada com a finalidade precípua de servir de instrumento da ação do Estado sobre o território. A FBC foi extinta em dezembro de 1967, ocasião em que foi substituída (em termos da lotação de parte de seus funcionários e da destinação de seus bens patrimoniais) pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), órgão extinto em 1990.³

A FBC vinculava-se diretamente à Presidência da República e esteve sediada na cidade do Rio de Janeiro até 1960, quando se transferiu para Brasília. Ao longo do tempo, seu leque de atividades variou muito, assim como a extensão territorial de suas ações. Originalmente, entretanto, esteve a seu cargo uma tarefa de caráter estratégico para a segurança nacional, isto é, proporcionar condições de toda ordem para a efetivação das ações a cargo da chamada Expedição Roncador-Xingu. Esta expedição fora instituída meses antes, com a missão de estabelecer uma rota de comunicações – terrestre, aérea e de rádio-comunicação – pelo interior do Brasil, entre as cidades do Rio de Janeiro (então capital federal) e Manaus (capital do estado do Amazonas). Essa providência deveu-se aos riscos a que estavam sujeitas as regiões costeiras do país – na época, as únicas dotadas de tais meios de comunicação –, decorrentes do estado de beligerância internacional da segunda Grande Guerra, mais intensamente percebidos após o ingresso do Brasil no conflito, em 1942.

A FBC nasceu da iniciativa do então ministro extraordinário da Coordenação da Mobilização Econômica – órgão criado para gerir as ações concernentes ao chamado "esforço de guerra" –, João Alberto Lins de Barros, que,

além desse cargo, passou a exercer o de presidente da nova instituição. Graças a essa circunstância, a FBC foi dotada de elevada monta de recursos financeiros⁴ e pôde gozar de condições administrativas, enquanto pessoa jurídica, também excepcionais.

Nos estatutos originalmente estabelecidos para esta instituição, definia-se a sua natureza jurídica, ora como de direito público, ora como de direito privado, ambivalência que lhe possibilitaria gozar das vantagens próprias a uma e outra de tais condições. Terminada a guerra e, em decorrência disto, dissolvida a Expedição Roncador-Xingu, como tal, a Fundação conservou esta sua dupla natureza, com pequeno interregno (no começo da década de 1950), ao longo de sua existência. Isto lhe permitia uma ampla autonomia de movimentos na consecução dos seus objetivos, mas podia também dar margem a graves distorções na gestão de suas atividades administrativas, aí incluída a área financeira.⁵

Na condição de entidade de direito público, a FBC pode manter um vasto quadro de funcionários estáveis, para atuação tanto nas suas atividades burocráticas ordinárias quanto em ações relativas à "frente de penetração"; isto é, em equipes encarregadas de atividades como: exploração do território; pacificação de grupos indígenas; abertura de picadas e estradas de rodagem; construção de aeródromos e aeroportos; estabelecimento de núcleos de colonização agrícola; realização de pesquisas científicas e

4 Segundo Silo Meirelles, funcionário da FBC desde sua implantação e seu Secretário Geral, entre 1947 e 1951, os recursos financeiros recebidos pela instituição, entre 1943 e 1946, somaram a quantia de Cr\$ 52.000.000,00, "entre subvenções, auxílio especial e doações" (MEIRELLES, 1960, 127).

5 A leitura de relatórios relativos a diferentes períodos da existência da FBC (constantes do acervo documental da FBC no Arquivo Nacional, em Brasília) permite observar que, em suas contas, receita e despesa jamais se equilibraram, registrando-se, permanentemente, uma situação de déficit. Por outro lado, os numerosos processos referentes a inquéritos administrativos procedidos na instituição (também constantes daquele fundo documental) apresentam contundentes indícios de freqüente ocorrência de corrupção administrativa, em variadas de suas instâncias. Um livro editado em 1946, escrito por um ex-funcionário da Fundação, contém graves denúncias de utilização ilícita de recursos da instituição (cf. TELLES, 1946).

3 Governo do presidente da República Fernando Collor de Mello (1990-1992).

técnicas; implantação de centros urbanos. Neste último caso, cabe menção especial à implantação das cidades de Aragarças (Goiás) e Nova Xavantina (Mato Grosso), incluindo-se nisto as obras de urbanização e, além da construção, o funcionamento regular de escolas, hospitais, igrejas, hotéis, clubes, serviços de água e energia elétrica, etc.

Enquanto instituição de direito privado, por outra parte, a FBC podia desenvolver uma grande variedade de negócios, compreendendo desde a exploração de serviços de transporte (de cargas e de passageiros) e a produção em pecuária, extração madeireira, pequenas indústrias (caieira, serrarias, cerâmicas, etc.), até grandes empreendimentos propriamente empresariais, mediante instituições de capital misto, das quais era acionista majoritária, quais sejam:

Usina Central Sul-Goiana S.A. – instalada no município de Santa Helena, estado de Goiás, tinha por finalidade a exploração da indústria de açúcar e do álcool;

Usina Fronteira S.A. – instalada no município de Frutal, estado de Minas Gerais, tinha a mesma finalidade da primeira;

Entrepósitos Comerciais FBC Ltda. – sediada na cidade de São Paulo e com filiais instaladas em Uberlândia, Aragarças, Belém e Santarém, tinha por objeto a exploração de entrepostos de venda de mercadorias em geral (sobretudo produtos industrializados), no atacado e no varejo;

Transportadora Amazonas Ltda. – com sede em Belém, tinha por objeto o comércio de navegação e transporte, em geral, ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, pela margem direita.

Uma outra empresa, a Estrada de Ferro Tocantins – EFT –, foi administrada pela FBC entre 1944 e 1967, quando a Fundação foi extinta. Esta ferrovia foi construída a partir de 1890, por concessão federal, margeando o trecho encachoeirado do médio Tocantins (incluía a célebre cachoeira de Itaboca, hoje desaparecida, devido à instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí), entre as vilas de Alcobaca (atual cidade de Tucuruí) e Jatobal, no Estado do Pará – percurso de 117 quilômetros –, a fim de que fosse utilizada na baldeação de cargas vindas por via fluvial, viabilizando, assim, o intercâmbio de mercadorias entre as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. No início dos anos de 1920, a EFT foi arrematada pela União Federal brasileira. Em 1944, sua administração passou à responsabilidade da FBC, em regime de administração delegada.

Os artigos 20 e 21 dos estatutos da FBC (aprovados pelo Decreto nº 17.274, de 30/11/1944) tratam, respectivamente, da distribuição dos lucros obtidos mediante suas atividades econômicas e de sua participação na administração de empresas:

Art. 20 – Distribuição de lucros

Os lucros apurados no balanço serão distribuídos 15% para fundo de depreciação; 10% para fundo de reserva; deduzidas as importâncias consignadas a esses fins; os lucros líquidos serão assim repartidos:

uma percentagem para fundos de reserva especiais criados a critério do Conselho Diretor e por ele fixada;

outra percentagem fixada pelo Conselho Diretor para gratificação à administração e ao pessoal [Grifo nosso];

uma quantia que não excederá de 10% dos lucros líquidos, para estudos técnicos do interesse da Fundação e concernentes a seus fins,

e para propaganda.

Parágrafo único. O saldo que se apurar será transferido para o exercício seguinte.

Art. 21 – Participação em empresas

Sempre que a Fundação prestar o seu concurso para a organização das empresas..., da administração destas deverão participar representantes da Fundação, tirados dentre os membros da sua administração que não sejam da Junta de Controle.

A cúpula administrativa da FBC era composta de quatro “Órgãos”, segundo seus estatutos (Art. 10): I – um presidente; II – um Conselho Diretor; III – uma Junta de Controle; IV – um secretário geral. O Presidente tinha a atribuição de dirigir as atividades de administração geral da instituição, fazendo-se assistir pelo Conselho Diretor e pelo Secretário-Geral. O Conselho Diretor era composto de dez membros⁶ e tinha a incumbência de definir a orientação técnica a ser observada na execução das atividades da FBC. A Junta de Controle compunha-se de três membros e era o órgão fiscal da administração; o Secretário-Geral tinha a incumbência de assistir o Presidente, nas atividades de administração geral. A nomeação do Presidente, do Secretário Geral e dos membros do Conselho Diretor e da Junta de Controle cabia ao Presidente da República. A compreensão que se tinha era a de que, em princípio, a estas autoridades cabia, tanto a participação nos lucros, como a função de representar a FBC na direção das empresas de cujo capital a instituição participasse.

A FBC recebeu dos governos dos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará, em doação, extensões de terras que somariam, segundo estimativa existente, 350.000km² – área superior, portanto, à da maioria das unidades federativas

⁶ Isto, inicialmente; mais tarde, o número de conselheiros variou de uma época para outra.

do Brasil (TELLES, op. cit., 180-182)). Uma das áreas de terras recebidas pela FBC, do governo do Estado do Pará, abrangia ambas as margens do rio Tocantins – e da EFT –, em faixas de 50 quilômetros de cada lado, desde o paralelo de 3°35”, até a confluência desse rio com o Araguaia – área em que aquele estado limita-se com os do Maranhão e Tocantins (na época, parte do Estado de Goiás) –, seguindo-se, pela margem esquerda do Araguaia, numa faixa de igual extensão, até a divisa daquele estado com o de Mato Grosso. Abrangia os municípios então existentes de Baião, Marabá, Conceição do Araguaia e Itaituba; ou seja, todo o vale do médio Tocantins e o lado esquerdo do vale do baixo Araguaia. Todos os municípios citados sofreram, posteriormente, diversos desmembramentos. Do município de Baião, desmembrou-se, entre outros, o da antiga vila de Alcobaca, depois chamada Tucuruí, sede da EFT e território objeto do empreendimento madeireiro da FBC, em foco neste trabalho.

Em abril de 1946, o então deputado pelo Rio Grande do Norte na Assembléia Nacional Constituinte, João Café Filho, encaminhou ao poder Executivo um pedido de informações acerca de diversas questões referentes à FBC. A primeira indagação era a seguinte: “1 - Qual a área entregue à Fundação Brasil Central, notadamente no Vale do Araguaia e no divisor de águas das bacias amazônica e platina? Por via de que disposição legal foi cedida tão considerável superfície do centro do País?”⁷

João Alberto Lins de Barros, embora afastado do primeiro escalão do governo federal, após a extinção do regime ditatorial do Estado Novo (em 1945), continuava, naquele momento, ocupando o cargo de presidente da FBC. Ao tomar conhecimento das demandas do deputado, João Alberto apressou-se, segundo então decla-

⁷ Trechos do requerimento de Café Filho, bem como as respostas oferecidas por João Alberto, acham-se transcritos em TELLES, op. cit., 178 - 180.

rou, em atendê-las. Usou, para isto, o jornal *Di-retrizes* (de sua propriedade, segundo consta⁸). Vejam-se, abaixo, trechos de sua exposição:

Verifica-se... que o artigo 5º dos Estatutos [da FBC], a que se refere o decreto-lei nº 7.561 citado [que trata da doação de terras devolutas à FBC], tem a seguinte redação: [...] As áreas territoriais a serem desbravadas e colonizadas, nas regiões a que se refere o artigo segundo, bem como as respectivas vias de acesso, serão livremente escolhidas pela administração da Fundação, de acordo com os governos estaduais, salvo indicação expressa do Governo Federal.

João Alberto omitiu-se – propositadamente, por certo – de informar que no documento citado, os estatutos da FBC, não há qualquer referência à questão da propriedade de terras, nas “áreas territoriais a serem desbravadas e colonizadas”. Os assuntos em pauta no artigo citado são, primeiro, o da escolha das superfícies territoriais sobre as quais a Fundação atuaria diretamente; ou seja, da localização geográfica das áreas de terras a se constituírem em objeto de sua atuação. Segundo, o das vias de acesso a tais áreas, tratando-se, neste caso, da locação de tais vias; isto é, da definição de traçados e localização destes no terreno, no que se refere a projetos de rodovias, ferrovias, obras de arte, etc. a serem implantados.

Os estados não ficavam, por força daquele documento (tampouco pelo decreto que o aprovou), obrigados a doar terras à FBC. A compreensão de que seria desejável que o fizessem veio depois e teve, ao que parece, o intuito de propiciar maior poder político aos dirigentes da FBC e, bem assim, novas e promissoras fontes de receita para a instituição. O Estado de Goiás

beneficiou-se, sobremaneira, das atividades desenvolvidas pela FBC no seu território. Não houve, entretanto, da parte do seu governo, qualquer ato que representasse abdicação de parcela ou parcelas desse território em benefício da FBC.

Estava em vigor, na época, a lei federal número 1.202, de 8/4/1939, que vedava aos governos estaduais cessões de terras devolutas além de quinhentos hectares, ou seja, 5km². O expediente legal a que se refere João Alberto, na sequência de sua argumentação, o decreto-lei nº 7.561, de 18/5/1945, dispensava os estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás do cumprimento daquela lei, com referência à FBC. Seguem-se partes da exposição de João Alberto:

Em consequência dessa autorização, foram cedidas pelos Estados do Pará, de Mato Grosso e do Amazonas..., as áreas a que se refere o nobre Deputado Café Filho... [...] Quanto à área entregue, a que se refere Sua Excelência, não é possível calculá-la, dada uma série de causas entre as quais destaco as seguintes [Grifo nosso]:

1º. – A reconhecida insuficiência e imprecisão dos dados cartográficos relativos às remotas paragens do nosso sertão, que ainda não pode ser levantado em virtude de nunca haver sido percorrido completamente, constituindo hoje ainda a maior área desconhecida do globo. [...] Assim, a Serra do Roncador foi pela primeira vez atravessada pelo homem branco na marcha da Expedição Roncador-Xingu: - só havia sido avistada muito de longe, antes da penetração ora efetuada.

2º. – Pela impossibilidade material... de serem localizados os proprietários e os posseiros existentes em algumas das regiões cedidas principalmente na faixa ao longo dos grandes rios Araguaia, Tapajós, Teles Pires. Devo salientar aqui que os Estados só cederam as terras devolutas, cabendo à Fundação o encargo

⁸ Conforme TELLES: “O jornal foi adquirido [por João Alberto], uma parte com verba secreta da Polícia, outra parte com verba da Fundação e outra parte por ‘ação entre amigos’, de modo a individualizar a Sociedade Anônima que integra o jornal” (op. cit., 168).

de verificar quais as que já estão ocupadas pelos referidos proprietários, posseiros e concessionários existentes na região...

Em relação ao primeiro ponto, é curiosa a referência à Serra do Roncador como território desconhecido, visto que, já então, achavam-se instaladas na região, situadas às margens do rio Araguaia, duas povoações de garimpeiros, Barra do Garças (Mato Grosso) e Baliza (Goiás), esta, já sedimentada, pelo seu largo tempo de existência, achava-se, desde a década de 1920, ligada por estrada de rodagem às principais cidades do sudoeste goiano e do Triângulo Mineiro. É pouco provável que os habitantes daquelas localidades, intrépidos exploradores do sertão, em busca de ouro e diamantes, desconhecessem aquela serra e os vales a ela adjacentes. Ao que parece, era desejável que se transferisse, para a FBC, a auréola mística que o sistema de propaganda do Estado Novo encarregara-se de criar em torno da Expedição Roncador-Xingu.

A respeito do segundo ponto, João Alberto deixou de mencionar a existência, nas terras doadas à FBC, de diversos povoados e vilas, principalmente no vale do Tocantins-Araguaia, inclusive a cidade de Marabá, já então, um aglomerado urbano de porte considerável. Neste último caso, deixou ele também de mencionar a existência, na região, de grande abundância de madeiras de lei, borracha, castanha, babaçu e, além do mais, de minas de quartzo, iodo, diamantes e ouro.⁹ Eram conhecidas, já na época, inúmeras evidências do potencial de riqueza mineral existente na região do médio Tocantins, objeto das ações futuras do Projeto Grande Carajás, antes mencionado, e onde hoje se processam as

⁹ A FBC patrocinou, durante a gestão de João Alberto, diversas expedições pelo Araguaia-Tocantins, para a realização de estudos técnicos, em diversas áreas, entre elas, a ocorrência de minérios. Entre tais expedições, cabe menção a uma liderada pelo engenheiro Henrique Capper Alves de Souza, em razão de seu sucesso na identificação de indícios confiáveis da ocorrência de vários minérios valiosos. O relatório dessa expedição data de 2 de fevereiro de 1944 e faz parte do acervo da FBC no Arquivo Nacional (AN-DF).

atividades de numerosas empresas mineradoras e siderúrgicas, usuárias de dois grandes empreendimentos estatais em infraestrutura, ali realizados, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a Estrada de Ferro Carajás. Localiza-se naquela região, ademais, a célebre zona aurífera de Serra Pelada.

2 - O SEM: infausta trajetória

2.1 - Política partidária

Em julho de 1951, o então presidente da FBC, Archimedes Pereira Lima, dirigiu ao chefe da Casa Militar da Presidência da República, General Ciro do Espírito Santo Cardoso, uma correspondência de caráter "reservado", acompanhada de um "dossier" relativo à constituição de uma empresa, com a participação da Fundação Brasil Central, para a exploração de madeiras em terras concedidas a esta instituição pelo governo do estado do Pará. Nessa correspondência, o presidente da FBC pedia ao destinatário da mesma que transmitisse ao presidente da República, Getúlio Vargas, uma série de esclarecimentos, entre eles, os seguintes:

I) – As negociações para a constituição da referida empresa foram iniciadas em 1946, pelo então Presidente da FBC, Ministro João Alberto, e mantidas pelos seus sucessores durante todo este quinquênio;

II) – Baseado na Deliberação nº 17, do Conselho Diretor [datada de 21/02/1947]¹⁰ de que junto uma cópia, e na deliberação do mesmo Conselho, de 6 de junho p. passado, que considerou, contra o voto apenas do Conselheiro Frederico Rondon, de pé, aquela deliberação e me autorizou a prosseguir naquelas negociações...

III) – O contrato referente à constituição da empresa de que trata a deliberação nº 17, do Conselho Diretor, não será assinado sem o prévio conhecimento e autorização do Exmo. Sr. Presidente da República, a quem

¹⁰ Documento integrante do acervo da FBC no AN-DF.

será submetido o assunto e que será o árbitro da conveniência ou não, da assinatura daquele instrumento [grifo no original];

IV) – O voto vencido do Conselheiro Frederico Rondon, em sessão plena do Conselho Diretor, versa em torno de dois pontos que não estão em causa [grifo no original] – como a exploração do sub-solo, de que não se cogita, e a transferência de domínio da área a ser explorada, que também não é objeto de entendimentos... [grifos nossos]

[...] queremos fazer ciente de que poderá S. Excia. [o presidente da República] ficar tranqüilo, certo de que, neste como em qualquer outro assunto de interesse do país, não só esta presidência, como o digno Conselho Diretor, composto de homens de grande envergadura moral, saberão cumprir os seus deveres de brasileiros e de depositários da confiança do Exmo. Sr. Presidente (AN-DF, Correspondência de 13/7/1951).

Ao que parece, havia na época, de parte das principais autoridades brasileiras, a preocupação em garantir, ao Estado nacional, a propriedade daquelas terras e, assim, a apropriação futura das presumidas riquezas de seu subsolo. Nos anos entre 1942 e 1945, em razão dos chamados Acordos de Washington (de 1942), entre o Brasil e os Estados Unidos,¹¹ a aeronáutica norte-americana havia levado a efeito uma operação de grandes proporções, realizando um levantamento aerofotográfico do vale amazônico brasileiro. Com base neste levantamento, conforme depoimento de Arthur Cezar Ferreira Reis, técnicos norte-americanos procederam ao “... inquérito integral do que a região valia. Os relatórios que escreveram são copiosos e se guardam nos arquivos públicos de Washington. Como inventário, acredito que nada tenha sido elaborado, até hoje,

¹¹ Por aqueles tratados, o Brasil ficava obrigado a vender aos Estados Unidos, exclusivamente, a totalidade de sua produção de uma série de matérias primas requeridas pela indústria bélica daquele país, entre elas, borracha e diversos minérios estratégicos.

[1960, ano da 1ª Edição da obra citada] com tanta extensão, profundidade e copiosidade” (REIS, 1968, 227).

Pode ser que aquela preocupação tenha motivado a iniciativa tomada pela FBC de empreender, por si só, enquanto instituição federal, ao menos inicialmente, as atividades de exploração de madeiras no médio vale do rio Tocantins. Isto, entretanto, sem antes consultar o presidente da República e, menos ainda, receber sua autorização para tal. Esta deliberação apoiou-se, exclusivamente, na aprovação que recebeu Pereira Lima, do Conselho Diretor da FBC, em reunião mencionada na correspondência acima, para que adotasse providências no sentido da constituição de uma empresa madeireira para atuação na zona referida, ocasião em que o voto do conselheiro Frederico Rondon, contrário ao empreendimento, resultou vencido.

Ocorreu, então, que em dezembro daquele ano de 1951, o assistente de gabinete da presidência da FBC dirigiu-se ao responsável pelo escritório da instituição em Belém, estado do Pará, para apresentar Francisco Grywinski, cidadão que se achava autorizado a, nos termos de um contrato cuja cópia seguia anexa¹², extrair madeiras nas terras da FBC, situadas na região do médio Tocantins:

O Sr. Presidente recomenda que seja dada ao Sr. Francisco o apoio necessário à efetiva e imediata montagem dos serviços de extração de madeiras, bem como do sistema de transporte e venda das mesmas nos mercados de consumo. [...] Quaisquer dúvidas, omissões ou dificuldades que forem surgindo no decorrer dos trabalhos de organização dos serviços deverão ser imediatamente trazidos ao conhecimento desta Presidência, para as devidas providências (AN-DF, Correspondência de José Barros Souza, 1º/12/1951).

¹² Segundo consta do termo de contrato, Francisco Grywinski era de nacionalidade polonesa e residia na cidade de Belém.

Pelo contrato referido, Grywinski obrigava-se a conduzir, na condição de gerente, as atividades de exploração de madeiras que a FBC organizaria às margens do rio Tocantins, em terras a ela doadas pelo estado do Pará. Por seu lado, a FBC comprometia-se a pagar a Grywinski um ordenado mensal de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros, a moeda nacional da época) e mais 5% sobre o valor das vendas efetuadas. Tanto o ordenado quanto a comissão seriam pagos a esse cidadão por intermédio do escritório da FBC em Belém.

Em janeiro seguinte, o presidente da FBC, Archimedes Pereira Lima, personagem político originário do estado de Mato Grosso, escreveria a um grupo de seis deputados paraenses do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), encabeçado por Efraim Bentes, nos seguintes termos:

Em aditamento ao meu telegrama de hoje, tenho o prazer de informar-lhes que dei instruções ao portador da presente, Sr. Francisco Grywinski,... para, nos planos em estudo, referentes à próxima criação da seção de exploração, beneficiamento e exportação de madeiras da Fundação Brasil Central,... levar na melhor consideração os interesses dos trabalhadores que empregam suas atividades nessa indústria. [...] Certo de haver correspondido, nessa questão, aos desejos e objetivos dos prezados correligionários e concorrido para que o Partido Trabalhista Brasileiro do Pará confirmasse, mais uma vez, o seu empenho e preocupação em ser útil à causa dos trabalhadores, aqui me coloco ao inteiro dispor de VV. SS. para examinar qualquer nova reivindicação justa por parte daqueles nossos patrícios. Em minha próxima visita aos serviços e órgãos da Fundação... aí sediado, espero poder ter oportunidade de me avistar com os prezados correligionários e ouvir, então, as sugestões que tiver o partido para oferecer-me no interesse da causa trabalhista (AN-DF, Correspondência, 15/1/1952).

Este gesto do presidente da FBC, no sentido de estabelecer laços de cumplicidade partidária, entre sua pessoa e a cúpula do PTB no Pará, teria desdobramentos desastrosos para o empreendimento em causa. Os indivíduos a quem Pereira Lima dirigira as palavras acima, pertencentes à cúpula petebista, ligavam-se ao setor madeireiro da região do Tocantins e viam agora seus interesses ameaçados pelo projeto empresarial da Fundação. Uma implicação imediata do projeto seria a eliminação da concorrência naquele território, mediante a expulsão de intrusos; ou seja, dos extratores "clandestinos" de madeiras em terras pertencentes à FBC.

Na ocasião, Pereira Lima, para minimizar as perdas a serem impostas aos antigos extratores, determinou que fossem indenizados, mediante a compra da madeira já abatida, por preços mais elevados que os então vigentes no mercado regional. Mas Efraim Bentes e seu grupo quiseram se aproveitar da circunstância ao máximo possível. Em junho de 1952, escreveu Bentes ao responsável pelo escritório da FBC em Belém:

Devidamente autorizado pelos extratores de madeira, que operam nas terras da Fundação Brasil Central, no município de Tucuruí, tomo a liberdade de dirigir-me a V. Sa. para expor o seguinte:

Como V. Sa. sabe perfeitamente, parte da madeira extraída no ano de 1951 já foi entregue à Fundação, após a necessária classificação e mediante os preços estabelecidos de comum acordo entre o Exmo. Sr. Dr. Archimedes Pereira Lima, digno presidente desse órgão federal e o signatário, autorizado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Pará;

O restante dessa madeira encontra-se retido nos ribeirões, aguardando tão somente a elevação do nível d'água indispensável ao seu

deslocamento. É justamente a respeito dessa madeira que eu estou dirigindo-me a V. Sas. para apresentar em nome de meus correligionários, as seguintes propostas:

A Fundação pagará toda a madeira que se encontra nos ribeirões, ao preço de Cr\$ 350,00..., sem a classificação habitual;

A Fundação classificará essa madeira, no local em que se acha atualmente, e a comprará pelo preço do acordo, como se a madeira estivesse em Tucuruí; [...] (AN-DF, Correspondência, 30/6/1952).¹³

Grywinski preocupou-se com o assunto e, numa ocasião em que foi instado a agir de forma contrária aos interesses do negócio sob sua gestão, manifestou-se ao presidente da FBC do seguinte modo:

Em consequência da intervenção do P.T.B., em Belém do Pará, foram indenizados os extratores clandestinos da madeira procedente da zona de concessão da F.B.C. A madeira foi adquirida em Tucuruí... e inteiramente paga. O telegrama do deputado Efraim Bentes refere-se à madeira retida no mato que não interessava à F.B.C., mas cuja aquisição, devido a insistência do Sr. Efraim Bentes atraído pelos altos preços de indenização... (50% acima dos preços do mercado) foi autorizada por V. Excia... A intenção do Sr. Efraim Bentes é conseguir o preço acima mencionado, também para as madeiras... fora dos igarapés, o que seria um absurdo econômico.¹⁴

Os recursos financeiros usados para pagamento destas indenizações foram retirados de verbas destinadas, no orçamento federal, à Estrada de Ferro Tocantins (na época, sob a administração da FBC, como se viu atrás) e alcançaram a fabulosa soma de Cr\$ 1. 416.135,80,

conforme apuração feita após a extinção do SEM. Voltaremos a este assunto adiante. Mas, o uso político da FBC e do patrimônio florestal herdado por ela no médio Tocantins, por parte de seus dirigentes, era já uma tradição nas relações da instituição com o meio político paraense. Em junho de 1945, Jack Sampaio, assessor de João Alberto na FBC, enviou a Carlos Telles, então diretor da Estrada de Ferro Tocantins (EFT), um telegrama em que trata do assunto da extração de madeiras:

[...] Acabo receber seguinte telegrama bpts aspas Ministro João Alberto... Invoco intervenção eminente amigo afim evitar grave prejuízo resultante embargo feito encarregado Estrada Ferro Tocantins sobre cem metros madeiras pertencentes Lauro Maciel tirados vg como vários outros vg antes passagem aquela ferrovia para Fundação em terras fora privilégio Estrada... Ficarei grato suas providências... aspas pt Solicito prezado amigo informar relativamente este assunto a fim esclarecer Ministro pt¹⁵

Incidentes como este ocorreriam em ocasiões posteriores àquela, quando outros indivíduos exerciam a presidência da FBC; via de regra, entretanto, tais incidentes eram contornados. Veja-se, a título de exemplo, trecho de uma carta dirigida pelo diretor da EFT, em outubro de 1948, ao então presidente da FBC, Borges Fortes de Oliveira:

De uma feita, o Dr. Vahia de Abreu, que então respondia pelo expediente da Estrada, resolveu – apoiado em instruções telegráficas do ex-Presidente, Dr. Viçoso Jardim –, embargar a saída de cerca de 1.000 toros de madeira de lei (cedro magnólia, mogno). Posteriormente, porém, o Dr. Jardim, de passagem por esta Capital, autorizou verbalmente a entrega da referida madeira... Agora, porém, sou

¹³ Essa correspondência foi escrita em papel timbrado da Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

¹⁴ Correspondência sem data nem local (pode-se pressupor que tenha sido expedida de Belém). AN-DF

¹⁵ Telegrama datado de 19/6/1945. Pedro Mendonça assinava o telegrama transcrito. AN-DF.

novamente informado de que referidos elementos continuam extraindo madeiras e, em tais condições, solicito as preciosas instruções de V. Ex. sobre qual deve ser o critério a ser adotado por esta Diretoria, no sentido de salvaguardar os interesses da Estrada, sem, contudo criar possíveis embaraços de natureza política para essa Presidência (Correspondência de Tucuçu, 5/1948; grifo nosso).

Durante os primeiros tempos da FBC, houve, entre seus dirigentes, a compreensão de que a finalidade da doação daquelas terras teria sido proporcionar à FBC o privilégio de sua exploração econômica.¹⁶ Assim, em fevereiro de 1947, época em que João Alberto era ainda presidente da FBC, o Conselho Diretor o autorizou a organizar uma sociedade anônima, com esta finalidade, da qual a FBC teria, obrigatoriamente, 25% do capital social, "sendo os 75% restantes oferecidos a subscritores nacionais ou estrangeiros" (AN-DF, Deliberação nº 17, 21/2/1947; Grifo nosso). Quando desta deliberação, era membro do Conselho Diretor da FBC Archimedes Pereira Lima, presidente da instituição, a partir de 1951, época em que se realizariam as atividades do SEM.

Entre o início de 1947 e agosto de 1948, Manuel José Ferreira, futuro diretor do SEM, substituiu João Alberto, interinamente, na presidência da FBC. Naquele mês, assumiu este cargo o general Borges Fortes de Oliveira, que permaneceu nele até janeiro de 1951, quando Pereira Lima passou a ocupar este cargo. Em setembro de 1954, Borges Fortes de Oliveira assumiria, novamente, a presidência da FBC e, nessa condição, teve de arcar com os ônus decorrentes das ações praticadas na gestão anterior, na administração do SEM.

16 Veja-se um trecho de expediente encaminhado por seu presidente, Viçoso Jardim, ao Conselho Diretor, em 14 de junho de 1948: "A administração da Estrada [EFT] foi confiada à Fundação como um dos elementos para exploração das florestas do Tocantins..." (AN-DF).

2.2 - Inovação técnica

No início dos anos de 1950, a extração de madeiras em todo o vale amazônico era ainda realizada mediante técnicas rudimentares tradicionais, o que resultava numa produção deficiente e de custo muito elevado. Inexistia orientação sobre quais áreas de floresta eram, ou não, apropriadas para uma exploração racional e economicamente vantajosa – concentração de espécies, proximidade de vias (aquáticas) de escoamento, etc. –, que permitisse a avaliação aproximada do seu potencial produtivo e dos custos de transporte e, assim, de uma estimativa do capital a ser empregado na exploração pretendida e dos lucros que o empreendimento poderia proporcionar. A extração era organizada e conduzida pelo pequeno comerciante das povoações às margens dos rios navegáveis, financiada pela serraria da cidade mais próxima, obtendo-se um resultado "quase sempre deplorável, ou para a serraria, ou para o comerciante, quase sempre para os trabalhadores".¹⁷

Em 1951, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasileira de madeiras foi de 5.304.868m³ (IBGE, 1959, p. 256-258). A participação da Amazônia nessa produção foi, de acordo com aquele órgão, de 153.671 m³, ou seja, inferior a 3%. A Tabela 1, abaixo, apresenta a produção de madeiras na Amazônia, segundo as unidades federativas que a compunham, de acordo com o IBGE.

Segundo aquele órgão de pesquisa, mesmo já no final da década de 1950, a atividade madeireira na região amazônica apresentava pouca expressão, diante da produção nacional:

17 Palavras de Grywinski, em trabalho encaminhado ao presidente da FBC, datado de 27 de abril de 1953. O trabalho contém os resultados do estudo que o autor realizara, quanto à viabilidade econômica da atividade de exploração de madeiras, a ser empreendida pelo SEM (AN-DF).

TABELA 1 – Produção de madeiras na Amazônia brasileira – 1951

UNIDADES FEDERATIVAS DA REGIÃO NORTE	Produção (m³)	Participação regional(%)
Território de Rondônia	409	0,26
Território do Acre	33.466	21,84
Estado do Amazonas	19.398	12,62
Território do Rio Branco (atual estado de Roraima)	325	0,21
Estado do Pará	93.660	60,94
Território do Amapá	2.813	4,13
Total da região	153.671	100,00

Fonte: IBGE, 1959, 257.

A inexpressiva participação amazônica no âmbito nacional e seu insignificante lugar na economia amazônica se explicam facilmente pela dispersão das espécies [grifado no original], o que impede o corte e a concentração em um lugar determinado, de uma espécie única, escolhida por qualquer comprador, interessado somente neste tipo específico [Grifo nosso]. Agrava ainda o problema da deficiência de transporte, de pessoal, de crédito e de aparelhagem adequada” (IBGE, op. cit., 256-257)

Estudos técnicos realizados na região do médio Tocantins sob a coordenação de Francisco Grywinski, a partir de 1951, acerca da concentração de espécies naquela área, obtiveram resultados que contradizem a tese adotada pelo IBGE, acima transcrita, da “dispersão das espécies”. Em seu trabalho de pesquisa, Grywinski, claramente um especialista no ramo¹⁸, usou serviços de recursos humanos locais, com baixo grau de escolaridade, mas portadores de insubstituível conhecimento empírico sobre o ambiente natural da região, assim como de experiência longamente acumulada em atividades madeireiras. Veja-se trecho de um relatório Grywinski acerca deste ponto:

Os estudos da área situada entre as ci-

¹⁸ Desconhecemos a biografia deste cidadão; apenas conseguimos apurar que era natural da Polônia, casara-se com uma brasileira e, enquanto esteve a serviço da FBC, residiu ora em Belém ora na cidade do Rio de Janeiro.

dades de Tucuruí e Itupiranga, na margem esquerda do rio Tocantins, revelaram a quantidade mínima de 5 metros cúbicos, até a máxima de 140 metros cúbicos das espécies comercializáveis por hectare, tomando em conta as madeiras de troncos retos, cilíndricos, sem defeitos visíveis e do diâmetro mínimo de 48 centímetros. Em outras palavras, uma área florestal de 1.000 quilômetros quadrados do tipo estudado, representa no mínimo 500.000 metros cúbicos de madeira roliça... (AN-DF, Relatório apresentado à FBC, 27/4/1953; grifos do autor).

Com base nestes resultados, Grywinski realizou cálculos matemáticos que demonstravam a viabilidade econômica do empreendimento – investimentos em insumos, despesas de transporte, etc. versus lucros –, assim como sua oportunidade, naquele momento, em face dos preços então vigentes nos principais mercados mundiais consumidores de madeira. Seu ponto de vista acerca de tais questões, fundado nos resultados obtidos mediante exercícios de simulação, era o seguinte:

Em conclusão, a extração de madeira da floresta Amazônica do tipo estudado, [grifo do autor] oferece as vantagens de uma indústria sumamente lucrativa, que bem podia mudar o aspecto da apatia econômica da Amazônia de hoje. Não é, portanto, a falta de espécies, nem é a madeira procedente da Amazônia um produto ‘gravoso’. Gravoso é o sistema de produção. [...] Os resultados das modernas pesquisas técnicas desenvolvidas e aplicadas na exploração das florestas mistas tropicais e essencialmente responsáveis pela estabilidade dos preços, passaram despercebidas neste vasto patrimônio florestal, inapto a produzir, competir e desenvolver-se (idem).

No seu relatório destinado à FBC, do qual os trechos acima foram retirados, Grywinski trata também do assunto da devastação da floresta, em consequência da irracionalidade dos métodos arcaicos de exploração, então ainda reinantes. Dois fatores concorriam para isto: o desperdício das madeiras de lei abatidas, quanto ao seu rendimento final, e o processo por ele denominado "extermínio da madeira marginal". No primeiro caso, segundo ele, os métodos usados para o abate de madeira eram opostos aos da moderna técnica de preservação da solidez dos rolos. Assim, os lotes que chegavam às serrarias permitiam um aproveitamento de apenas 20%, em média, de madeira sólida. A madeira rachada, que representava aproximadamente 80% em cada lote, propiciava um rendimento, no processo de seu beneficiamento, não superior a 25%. Deste modo, para se obter 1m³ de madeira beneficiada, consumiam-se, nas serrarias, 3m³ de madeira roliça.

A irracionalidade do processo começava pelo volume da madeira abatida: derrubavam-se árvores em quantidades muito superiores à capacidade que se tinham para transportar os rolos. Esse transporte era efetuado mediante o primitivo sistema de jangadas (troncos atados paralelamente uns aos outros), movidas através de rios e igarapés, processo que dependia, inteiramente, das virtualidades do regime de enchentes na região. Deste modo, uma proporção elevada da madeira abatida era abandonada na floresta, sem nenhum aproveitamento. Estas eram as razões da desastrosa situação de extermínio de espécies florestais preciosas nas margens das vias fluviais. Ele cita como exemplos disto, no Pará, os rios Moju, Acará, Capim e Guamá, às margens dos quais, na época, a produção não alcançava 10% da que era obtida dez anos antes.

Nos primeiros anos da década de 1950, segundo Grywinski, atuavam na Amazônia ape-

nas duas serrarias de porte considerável, ambas financiadas por empresas norte-americanas – Stewart Smythe Mahogany Co. e Thompson Mahogany Co. Em todo o vale amazônico, segundo ele, inexistiam instalações para fabricação de laminados ou de contraplacados, produtos que, em razão do valor agregado que portam, colaborariam para amortizar o excessivo custo de produção mediante métodos arcaicos.

Na época, o jornal *A Província do Pará*, editado na cidade de Belém, publicou uma matéria acerca da experiência levada a efeito por iniciativa da FBC, a fim de avaliar as possibilidades econômicas da exploração de madeiras no médio vale do rio Tocantins. Veja-se um trecho:¹⁹

A Fundação Brasil Central... está empreendendo... uma exploração modelo das matas do vale do rio Tocantins, numa área de 50 quilômetros de extensão por vinte de largura, em ambas as margens do rio. Essa exploração modelo é o primeiro passo para a introdução nas terras amazônicas de técnica e métodos verdadeiramente revolucionários da exploração madeireira, métodos e técnica esses empregados nos centros exportadores de madeiras da América do Norte e da América Central. [...] O que visa o trabalho que ora está empreendendo a Fundação Brasil Central é fornecer dados exatos e científicos sobre as florestas amazônicas nos pontos acima referidos, a fim de atrair capitais nacionais e estrangeiros a se associarem com a Fundação para a extração racional das madeiras de valor.

Grywinski dispendeu grande esforço em conseguir apoio técnico e/ou financeiro de órgãos de pesquisa, na época, em atuação no Brasil. Em primeiro lugar, ele buscou a cooperação da FAO, organismo da ONU para a alimentação e a agricultura, então contratado pelo governo brasileiro para orientar pesquisas florestais. Sua intenção

¹⁹ O acervo da FBC no Arquivo Nacional contém um recorte desta matéria.

era obter a assistência técnica daquela instituição, para a realização de estudos preliminares de reconhecimento aéreo das espécies existentes na floresta e delimitação das áreas produtivas, medida que, do seu ponto de vista, constituía-se em ponto de partida para a exploração eficiente de florestas mistas tropicais. Grywinski esforçou-se, também, em convencer a direção da FBC a adotar providências, em relação à FAO, que viessem a resultar na pretendida colaboração desta:

A exploração terrestre ressentia-se... de precisão que no caso seria necessária para avaliar-se, seguramente, as espécies comercializáveis existentes em cada área, de vez que está sujeita a casualidades que redundam no encontro ou desencontro dos “canteiros” de mogno, sucupira ou Gonçalves, tudo dependendo do fator acaso... A técnica do... levantamento aero-fotográfico é ainda desconhecida no Brasil. A experiência da Fundação restringe-se a reconhecimentos terrestres, falhos como já foi dito. Por outro lado, o levantamento aero-fotográfico, sem técnicos para interpretar as fotografias, seria inoperante, de vez que falta à Fundação pessoal especializado para distinguir a grande variedade de espécies que se apresenta, muitas vezes, em uma área reduzida.²⁰

A cúpula administrativa da FBC, ao que parece, não se ocupou do assunto, visto que foi o próprio Grywinski quem se dirigiu, na condição de gerente do SEM, ao então representante da FAO no Brasil, Pierre Trever, em busca da cooperação deste órgão:

Torna-se... necessário à Fundação, antes de promover a instalação já aludida, que seja procedido um levantamento aéreo-fotográfico da área..., levantamento esse que terá como principais objetivos, além de outros de menor importância:

Seleção das zonas onde se encontram

20 Documento sem data, datilografado em papel timbrado da FBC. AN-DF.

localizados os melhores tipos de floresta, sob o ponto de vista da exploração de madeiras;

Levantamento, embora aproximado, do número de espécies florestais existentes nas áreas selecionadas;

Obtenção de elementos que possibilitem a apuração da produção provável de uma ou mais áreas, mediante o exame das fotografias, através de estereoscópio, exame esse que revela o diâmetro da copa das árvores de alto porte, indicativo da grossura dos troncos, e finalmente

Visão de conjunto da área, com os pontos de referência indispensáveis à fixação do traçado das vias de acesso aos ‘canteiros’ e estradas para o futuro transporte da maquinaria (AN-DF, Correspondência de Belém, 7/5/1952).

Grywinski não obteve sucesso quanto a esta sua pretensão. Segundo ele, uma das razões disto teria sido a falta de prática dos técnicos da FAO, no trato com as espécies botânicas do vale amazônico. É curiosa esta sua percepção, visto que, em anos subseqüentes, a FAO atuaria sob contrato com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão federal criado em 1953 (Lei nº 1.806, de 6/1/1953). Em razão deste contrato, desenvolveram-se as ações da, assim chamada, Missão FAO-UNESCO, encarregada da execução de um projeto de inventário florestal na área entre Guamá (estado do Pará) e Imperatriz (estado do Maranhão)²¹, e a Missão Florestal, responsável pela implementação de dois projetos, ambos com o objetivo de ensinar métodos racionais de exploração madeireira: uma serraria-modelo, instalada em Benjamin Constant (no estado do Amazonas, fronteira com o Peru), e um Centro

21 Deste trabalho resultou a definição de cinco tipos florestais na região e a recomendação de que fosse demarcada e protegida uma “reserva florestal de renda” nas adjacências da rodovia Belém-Brasília (que começavam a ser devastadas), para uso posterior, segundo a conveniência do governo.

de Treinamento para operários e industriais de madeira, no rio Tapajós (Pará). (SPVEA, 1954, p. 393-402; IBGE, op. cit., 256)

Mas Grywinski encarregou-se, por outro lado, de elaborar dois projetos com vistas à obtenção de recursos públicos para financiamento de seus estudos pioneiros no vale do Tocantins. Um deles foi encaminhado ao CNP – atual CNPq –, onde, segundo Grywinski, “foi entusiasticamente recebido pelo Prof. Costa Ribeiro”, então diretor da Divisão Técnico-Científica daquele órgão.²² O projeto tinha como objeto “a avaliação aérea do potencial produtivo da floresta tropical, na base dos mosaicos e mapas florestais que indicam o volume das espécies botânicas contempladas para a extração, sua exata localização topográfica...” A partir disto, conforme informou ele à FBC, podia-se calcular o volume de capital necessário para fazer face às despesas de exploração dentro de uma área determinada e, bem assim, conhecer, antecipadamente, o resultado final das operações (AN-DF, Relatórios da FBC, 3/7/1953 e 18/8/1954).

O outro projeto foi apresentado à SPVEA, com a finalidade de conseguir verba para instalação de uma usina-piloto, para a fabricação de laminados e compensados. A produção desta usina destinar-se-ia ao mercado norte-americano. A idéia, segundo seu autor, baseara-se no princípio simples de: “aproveitar a diferença do custo de mão de obra existente entre os EE.UU. (US\$ 2,00 por hora) e o Brasil (Cr\$ 60,00 por dia)”, neste gênero de indústria, assim como, “aproveitar a diferença do custo de frete marítimo, entre o transporte de toras e de produto manufaturado, que representa 60% de economia” e, ademais, o “custo de matéria prima 50% mais barata no lugar de produção...” Segundo ele,

Fora da enorme margem competitiva, que nenhum produtor de laminados de mogno nos EE.UU. podia igualar, as receitas em cambiais aumentariam 5 vezes a mais comparando com o valor F.O.B.²³ da madeira serrada exportada para os EE.UU. e 10 vezes em relação a madeira roliça. Os benefícios para a economia nacional, regional e a FBC mesma, seriam evidentes (Relatório, 3/7/1953).

Este projeto de Grywinski também previa gastos com a realização de vôos sobre a área de floresta a ser explorada, a serem financiados pela SPVEA, ficando para o CNP as despesas com a tomada de fotografias e a confecção dos mosaicos. A SPVEA possuía, em seus quadros, pessoal qualificado para avaliar projetos de exploração madeireira, tanto tecnicamente quanto em relação a questões orçamentárias. Assim, o parecer que recebeu o projeto de Grywinski continha numerosas observações e reparos, tanto do ponto de vista técnico-operacional quanto do orçamentário, com referência à usina-piloto a ser instalada e também ao levantamento aéreo a ser efetuado.²⁴ Veja-se um trecho do mencionado parecer, concernente a este último:

Assumindo-se que esse levantamento é, apenas, dos tipos de floresta, o custo indicado, para levantamento de 15.000 km², parece-nos muito baixo... para o tipo de levantamento proposto haveria, pelo menos, que contar com o custo aproximado de Cr\$ 3,00 por hectare, do que resultaria o preço de Cr\$ 300,00 e não de Cr\$ 30,00 por quilômetro quadrado. O preço aproximado de Cr\$ 3,00 por hectare foi o mínimo gasto pelo Bureau de Levantamentos Aéreos da Guiana Holandesa quando executou

²² Desta feita, o projeto foi apresentado mediante correspondência (de 14/04/1953) assinada por Manuel J. Ferreira, membro do Conselho Diretor da FBC, recém nomeado Diretor do SEM (AN-DF). Presidia o CNP, na ocasião, o almirante Álvaro Alberto.

²³ *Free on board – livre a bordo*. Valor FOB “é o preço de venda da mercadoria, acrescido de todas as despesas que o exportador fez até colocá-la a bordo, incluindo as taxas portuárias, de previdência, da Comissão de Marinha Mercante e outras que incidem sobre o valor do frete” (cf. SANDRONI, Paulo [org.]. *Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1989, 127).

²⁴ Parecer relativo ao Processo nº SPVEA 0076, datado de 29 de outubro de 1953, assinado por Roberto Galvão – Assessor Técnico (AN-DF).

seus serviços (1948-1953) e não acreditamos existir companhia nacional habilitada a proceder a um levantamento deste tipo por preço pelo menos igual...

Ao que parece, as propostas de Grywinski, encaminhadas ao CNP e à SPVEA (ambas por intermédio da FBC) tiveram boa receptividade por parte destes órgãos, bem provavelmente, em razão do seu caráter tecnicamente inovador, comparando-se com as práticas então em uso na exploração de madeiras em toda a Amazônia brasileira. Apesar disto, tais propostas não tiveram segmento prático. Havia, em relação à atividade madeireira em causa, um nítido descompasso entre o largo tempo exigido para a realização das ações implicadas nos projetos de Grywinski e o imediatismo da intenção dos dirigentes da FBC, neste caso, de que a atividade viesse a representar uma nova e significativa fonte de receita para a instituição.

2.3 - Atividades do SEM

Pouco depois da contratação de Francisco Grywinski para gerir os negócios da FBC em exploração de madeiras, em fevereiro de 1952, as operações levadas a efeito sob sua orientação abrangiam uma área de cerca de 300 quilômetros quadrados, situada ao longo da Estrada de Ferro Tocantins, entre as estações de Pucuruí (Km 67) e Remansão (Km 97), a uma distância de 8 a 12 quilômetros da linha férrea. A extração era realizada apenas em terrenos cortados por igarapés, que oferecessem condições favoráveis para o transporte dos rolos de madeira até o rio Tocantins. A extração limitava-se a duas espécies, as mais cotadas, na época, nos mercados madeireiros: o mogno (*swietenia macrophylla*) e o cedro vermelho (*cedrella odorata*).

Ocupavam-se, nesta atividade, até oitenta homens ao mesmo tempo, sob o sistema de acampamentos, estimando-se para cada um

destes uma certa produção: “Um acampamento com a tripulação de 7 a 10 trabalhadores deve produzir..., em período de seis meses de serviço, 250 a 300 metros cúbicos de toras” (AN-DF, Carta de Grywinski a Gastão Soares, responsável pelo escritório da FBC em Belém, 3/11/1952). Grywinski fornecia instruções ao encarregado do Serviço de Produção, relativas ao abate das árvores:

... ordene a todos os nossos trabalhadores de sangrar a madeira (tanto o cedro como o mogno) em dois lugares, logo abaixo dos galhos em cima do tronco e abaixo do tronco, onde ele sai das garras já em forma cilíndrica. Sangrar quer dizer tirar a casca ao redor do tronco, em forma de anel de 20 centímetros de largura, deixando a madeira assim por vinte dias antes da derrubada. Derrubar sempre o mais baixo possível e cortar o tronco no lugar mais alto possível... A madeira derrubada e desdobrada nunca deve ficar exposta ao sol da clareira, mas na sombra na beira da estrada. Observando estas instruções teremos uma ótima qualidade de madeira roliça e evitamos os prejuízos comerciais... (idem).

As atividades de “tombação” (abate das árvores) e “arreação” (transporte dos troncos até os igarapés e, por estes, até o rio, onde eram arranjados em forma de jangadas), operadas na floresta, exigiam dos trabalhadores enorme sacrifício: “... por maior que seja a força de vontade, não se pode fazer um serviço 100%, pois estamos trabalhando quase sempre debaixo de chuva, em igarapés infestados de arraias e pu-raquês...” (AN-DF, Relatório de José de Moura Cabral, encarregado do serviço de Produção, ao responsável pelo escritório da FBC em Belém, 2/2/1952). A operação de classificação dos rolos, de ambas as espécies, também era realizada na própria floresta, do seguinte modo:

Os classificadores foram equipados

com os carimbos em alto relevo, para marcar as testas dos rolos, tipo 'Prime', destinados para exportação direta, com iniciais da F.B.C., levando também consigo as chapas de cobre para marcar com tinta a óleo preta 'FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL – BELÉM – BRASIL' e tintas a óleo verde e amarela para marcar cada rolo com cores nacionais, de acordo com as exigências do Ministério do Trabalho (AN-DF, Relatório de Grywinski ao presidente da FBC, 12/2/1952).

A medição e a classificação das madeiras eram realizadas obedecendo-se às normas existentes nos mercados nacionais e estrangeiros; assim: a) consideravam-se de "primeira", os rolos com circunferência mínima de 160cm (medida no meio do seu comprimento) e que se constituíssem em madeira "sólida, reta, sem defeitos visíveis, sendo admitidas as singularidades e pequenas rachaduras fechadas nas testas dos rolos"; b) classificavam-se como de "segunda", os rolos com circunferência entre 160cm e 130cm, sendo admitidas rachaduras de até 15mm, abertas nas testas dos troncos, e um nó externo. Troncos tortos ou com rachaduras em forma de cruz não eram aceitos. Uma vez chegados a Tucuruí, os rolos seriam novamente classificados, segundo sua destinação: rolos de madeira de "primeira" seriam levados, pelo sistema de jangadas, diretamente para o porto de embarque, em Belém; os de madeira de "segunda" seriam serrados em Tucuruí, Cametá, Igarapé-Miri, Baião e Belém (AN-DF, Instruções oferecidas por Grywinski a José de Moura Cabral, encarregado do serviço de Produção, 7/2/1952).

A madeira adquirida pela FBC, de terceiros (os madeireiros protegidos de deputados petebistas paraenses), classificava-se, em sua maioria, como de segunda qualidade. O mogno deveria ser beneficiado segundo as normas do National Hardwood Lumber Ass., as quais

serviam de referência no mercado dos Estados Unidos, naquele momento, o único grande comprador de mogno do mercado internacional. O cedro vermelho, que tinha maior procura e adquiriria melhores preços no mercado nacional que no externo, seria serrado de acordo com as preferências dos clientes nacionais, ou seja, em pranchas de 3 e 4 polegadas de espessura, 4m de comprimento e 20 a 30 centímetros de largura" (AN-DF, Relatório de Grywinski ao presidente da FBC, doc. cit.).

Em novembro de 1952, assumiu a direção do SEM o ex-presidente (interino)²⁵ da FBC e então membro do Conselho Diretor da instituição, o sanitarista Manuel Jorge Ferreira (Portaria nº 78/52, de 17/11/1952).²⁶ Na ocasião, ficou estabelecido que a continuidade das ações de exploração de madeira às margens da Estrada de Ferro Tocantins dependeria do sucesso que se viesse a obter na consecução de seu financiamento pelo capital privado. Naquela ocasião, segundo Grywinski:

Começou... o mais intenso trabalho neste sentido, coroado de êxito, graças a extraordinária habilidade do sr. Dr. M. J. Ferreira, demonstrada em uma série de negociações e aos meus conhecimentos técnicos da matéria. Em resultado, foi assinado o contrato entre as partes interessadas, a organização 'Canco S/A' do Rio de Janeiro e o Serviço de Exploração de Madeiras. Foi... o primeiro contrato, que a F.B.C. chegou a realizar, após vários anos de infrutíferas tentativas (AN-DF, Carta a Archimedes Pereira Lima, 1/7/1954).

Grywinski já havia antes preparado o terreno para isto, mediante propaganda amplamente divulgada na imprensa brasileira e norte-

²⁵ Chefe do Departamento Médico da FBC desde o início das atividades da instituição, Manuel Ferreira substituiu João Alberto no início de 1947 e permaneceu em situação de interinidade até janeiro de 1948, quando tomou posse no cargo o general Borges Fortes de Oliveira.

²⁶ Por meio desta portaria, o presidente da FBC, Archimedes Pereira Lima, nomeou "o conselheiro Manoel José Ferreira, para, ad referendum da decisão do Conselho Diretor, planejar, orientar e contratar se necessário, os serviços destinados a levar a termo, a exploração das riquezas madeiras nas zonas de concessões da FBC e da E. de Ferro Tocantins" (AN-DF).

-americana, usando-se, para tal, um projeto que elaborou acerca do potencial produtivo e valor econômico da indústria extrativista de madeiras amazônicas, com a finalidade de atrair capitais nacionais e estrangeiros. O projeto foi publicado, mediante ajuda da embaixada norte-americana no Brasil, pelo *Foreign Commerce Weekly* (órgão oficial do Departamento de Comércio dos Estados Unidos) e 48 outros periódicos norte-americanos, entre eles, o *Time*, o *New York Times* e o *Herald Tribune*. Ao que parece, a imprensa de Roma também colaborou nesta campanha, graças à cooperação da FAO.²⁷

Também, o consulado dos Estados Unidos em Belém cooperou com Grywinski, fornecendo-lhe uma relação das mais importantes firmas norte-americanas que, nos últimos tempos, haviam realizado importação de mogno procedente da região amazônica.²⁸ Seguiu-se a isto a troca de correspondências entre o gerente do SEM e diversas empresas norte-americanas.²⁹ Em janeiro de 1953, o diretor recém empossado do SEM e membro do Conselho Diretor da FBC, Manuel Jorge Ferreira, viajou aos Estados Unidos, a fim de negociar com grupos empresariais de New York e Washington, interessados em associar-se com a FBC, no negócio de extração de mogno. Na época, o jornal *A Província do Pará* informou a seus leitores o seguinte³⁰:

É o mogno uma das madeiras mais caras do mundo, sendo considerada como espécie rara, pois era explorada, até agora, apenas na América Central, em Honduras e na Guatemala, no México e na América do Sul, em alguns países do oeste. Porém, as áreas de exploração desses países são pequenas e longe das vias de escoamento para os mercados consumidores

[...] As informações técnicas apontam o mogno como madeira de aplicações ilimitadas, dada a sua resistência, leveza e beleza. É aplicada na construção de aviões de transporte e de treinos, na fabricação de barcos para fins diversos e na confecção de móveis luxuosos, nos quais produz magnífico efeito.

Em outubro daquele ano (1953), todavia, apenas uma firma norte-americana, a *Freiberg Mahogany Company* (de Cincinnati) havia, de fato, entabulado negociações com a FBC, no sentido de constituírem, juntas, uma sociedade empresarial para a exploração de mogno da Amazônia brasileira. Nesse mês, um representante da *Freiberg* esteve em Belém e em Tucuruí, com o objetivo de avaliar as reais possibilidades de sucesso do negócio a ser empreendido. Ao que parece, entretanto, a avaliação foi negativa, visto que se paralisaram, neste ponto, as negociações entre as partes.

Ao lado disto, desenvolviam-se intensas negociações de contratos com diferentes empresas estabelecidas no Brasil, entre elas, a *Seleção Industrial de Artefatos de Madeira – Brasselva S/A* –, com a qual a FBC, representada pelo seu conselheiro e diretor do SEM, Manuel Jorge Ferreira, assinou um contrato, em dezembro de 1952, pelo qual aquela instituição, através deste Serviço, obrigava-se a:

... fornecer à Brasselva toda a sua produção de madeira serrada, denominada ‘cedro e mogno’ resultante de exploração e desbravamento da zona do vale do Tocantins, mediante o pagamento dos preços estipulados no contrato, efetivado por adiantamento, devendo o acerto de contas verificar-se ao fim de cada semestre.

A Brasselva era presidida pelo, na época, também presidente do Banco Nacional do Estado de São Paulo (sediado na cidade de São Paulo). Seu maior acionista, por outro lado, era o então

27 Grywinski menciona esta colaboração em relatório a FBC, datado de 3 de julho de 1953. AN-DF.

28 Correspondência do cônsul americano em Belém, dirigida ao Serviço de Exploração de Madeiras, datada de 24 de maio de 1952. AN-DF.

29 Esta vasta correspondência faz parte do acervo da FBC no AN-DF.

30 O Fundo da FBC no Arquivo Nacional contém um recorte desta matéria.

presidente do conselho consultivo do Banco do Comércio S. A.³¹ (estabelecido na cidade do Rio de Janeiro) e tinha, entre seus principais acionistas, cidadãos de nacionalidade italiana.³² Conforme Grywinski, a participação da Brasselva foi de importância vital para a atividade madeireira na Amazônia, visto que, em decorrência de sua atuação, abriu-se o mercado brasileiro ao consumo de mogno: "O mogno ficou conhecido e procurado e os preços atingiram um nível altamente satisfatório, pela primeira vez no Brasil".³³

Apesar da existência desse contrato, que dava à Brasselva exclusividade na aquisição de madeira serrada das espécies cedro e mogno, produzida pela FBC, tanto o SEM como o escritório da FBC em Belém, continuaram a vender, livremente, parcelas dessa produção. Ainda assim, os resultados das operações comerciais levadas a efeito pelo SEM eram permanentemente negativos para este e, portanto, para a FBC. Em razão disto, negociações de contratos com outras empresas foram entabuladas, entre estas, com a organização comercial Canco S.A., sócia da Amsterdam Overseas Corporation, de Nova York. Com a finalidade específica de atuar sob contrato com a FBC, a Canco S.A. organizou e registrou a firma Madeiras Brasileiras S. A. – Mabras.³⁴

A Fundação assinou, representada por Manuel Jorge Ferreira, um contrato com esta firma, em dezembro de 1953, pelo qual outorgou a esta "o direito exclusivo para a distribuição e venda de sua inteira produção de Mogno

31 Trata-se do cidadão Henryk Spitzman Jordan. Manuel Ferreira se dirigiu a ele, enquanto presidente daquele Conselho, em carta datada de 2 de outubro de 1953.

32 As demais informações contidas no parágrafo encontram-se em carta de Grywinski, de 19 de dezembro de 1952, dirigida ao então chefe do escritório da FBC em Belém, Gastão de Paula Soares. Documentos produzidos pela Brasselva, destinados à FBC, continham assinaturas de Raphael Mayer e Nino Colameo (AN-DF).

33 Trecho de um documento de autoria de Grywinski, intitulado *Serviço de Exploração de Madeiras da Fundação Brasil Central* – sua razão de existência e finalidade, datado de 18 de agosto de 1954, época em que seus serviços estavam sendo dispensados pela FBC (AN-DF).

34 Estas informações constam do documento de autoria de Grywinski acima citado.

Genuino (*Swietenia Macrophylla*, King), como de qualquer outro tipo de árvore procedente da zona de sua concessão florestal, no Estado do Pará". Conforme Grywinski, o plano referente à Mabras consistia em beneficiar a madeira no próprio local do abate, usando-se para isto equipes de serradores qualificados. Esta empresa havia concordado em arcar com todas as despesas implicadas na produção de madeira beneficiada, em troca da participação em 50% dos lucros obtidos com sua comercialização. Conforme Grywinski, tal acerto era vantajoso, em vários sentidos:

O beneficiamento de madeira na floresta valoriza o produto 100%, reduz o preço de transporte a 50%, evita as despesas e dependência da serraria, não requer enchentes volumosas como em caso de madeira roliça, permite reduzir as despesas de exploração e valorizar o trabalho dos homens (os vencimentos dos serradores foram fixados a Cr\$ 60,00 por dia, o que representa aumento de 50% acima dos vencimentos pagos pela E. F. Tocantins, considerados atualmente os mais altos de toda a região tocantina), o que torna o serviço atraente e desejável (idem).

Ambos os contratos acima mencionados foram objetos de críticas exacerbadas de parte do então chefe do escritório da FBC em Belém, Gastão de Paula Soares, por os considerar lesivos aos interesses da Fundação. Este cidadão, funcionário da FBC, dirigiu-se ao presidente desta instituição em várias oportunidades, apresentando críticas desse teor, ora em relação a um, ora em relação ao outro de tais contratos, chegando mesmo a sugerir, em ocasiões diferentes, que um e outro fossem rescindidos. Estas suas providências resultaram, porém, em vão.

De qualquer modo, o SEM (e, assim, a FBC) descumpriu, sistematicamente, as cláusulas desses contratos, sendo que, no caso daquele firmado com a Mabras, nem mesmo se chegou a

dar início a sua execução. O resultado disto foi que, após a extinção do SEM, em setembro de 1954, a Fundação teve de lidar, por vários anos, com *démarches* jurídicas, referentes a ações produzidas por aquelas empresas, sob a alegação de que teriam sofrido graves prejuízos, em decorrência do descumprimento dos contratos por elas celebrados com o SEM.

Em defesa da FBC, os assistentes jurídicos da instituição – esta, a partir de setembro de 1954, sob nova presidência – adotavam o princípio da nulidade de tais contratos, principalmente, por duas razões: de um lado, porque, conforme os estatutos da FBC, a celebração de contratos e acordos era de competência exclusiva e inalienável do presidente da Fundação (lembremos que os contratos, em causa, foram assinados por Manuel Ferreira, anteriormente nomeado pelo presidente da FBC para exercer a função de Diretor do SEM); de outro lado, porque, ainda conforme estes estatutos, os contratos que significassem ônus para a FBC somente poderiam ser firmados após aprovação do Conselho Diretor desta instituição e, em dadas circunstâncias (entendendo-se como tais os contratos ora em foco), também do presidente da República.³⁵

3 - Notas finais

As irregularidades na condução dos negócios do SEM remontavam à ocasião da sua constituição, quando se lançou mão de recursos financeiros destinados à Estrada de Ferro Tocantins, para pagamento daqueles a quem Grywinski chamou de “extratores clandestinos”, apadrinhados pela cúpula do PTB paraense. Pelo que se apurou depois, a prática de ações irregulares tornar-se-ia costumeira, ao longo do tempo de existência daquele Serviço. Ao que parece, Grywinski, a quem coube o encargo de “levar a peito” aquele empreendimento madeireiro, não

se beneficiou, ao menos financeiramente, das irregularidades praticadas no uso do dinheiro público.

Em setembro de 1954, logo após o falecimento do então presidente da República, Getúlio Vargas, Archimedes Pereira Lima foi afastado da direção da FBC. Com isto, ficou também dissolvido o SEM, definitivamente. Lembremos, entretanto, que, já em julho daquele ano, alguém da cúpula administrativa da FBC declarara a Grywinski, conforme relato seu, transcrito parcialmente no início deste trabalho, que o SEM jamais existira, que tudo que fizera era ilegal, etc., o que o levou à conjectura de que esta unidade seria, então, um serviço “fantasma”. A má vontade com o SEM, naquela ocasião, ao que parece, decorria mais de um jogo de poder entre membros da cúpula administrativa da Fundação, envolvendo a pessoa do conselheiro Manoel Ferreira, do que a alguma questão diretamente relacionada com as atividades empresariais do Serviço.

Um ano depois de ocorridos os fatos acima aludidos, instituiu-se, por iniciativa do novo presidente da FBC (Borges Fortes de Oliveira), uma comissão de inquérito para apurar o desaparecimento da maior parte de uma verba de Cr\$ 2.000.000,00, consignada no Plano Salte à Estrada de Ferro Tocantins. As providências a partir de então tomadas pela comissão encarregada do inquérito trouxeram à luz uma série de ocorrências dolosas na administração financeira, tanto do SEM quanto da EFT, mediante um sistema promíscuo de uso dos dinheiros de ambas as unidades, tocando a esta, todavia, arcar com todo e qualquer prejuízo que viesse a se verificar.

No relatório produzido pela comissão de inquérito, ao final de seus trabalhos, individualizam-se as responsabilidades, indiciando-se, pelos atos irregulares praticados, Archimedes

³⁵ Diversos documentos de defesa da FBC relativos a tais contratos fazem parte do fundo desta instituição, guardado no AN-DF.

Pereira Lima, Manoel José Ferreira e Gastão de Paula Soares, este, o responsável pelo escritório da FBC em Belém e, nesta condição, pela administração financeira, tanto do SEM como da EFT. Veja-se abaixo trechos do relatório citado:

... esta Comissão afirma estar apurado que existiu, funcionando irregularmente no âmbito da FBC, de dezembro de 1951... a 2 de setembro de 1954, término da administração anterior, um Serviço de Exploração de Madeiras, cujas atividades consistiam, inicialmente, na aquisição, mediante pagamento a extratores particulares, de madeiras que se achavam derubadas, nas matas às margens do Rio Tocantins... [...] Continuando suas atividades, passou o SEM a fazer diretamente a extração... ao mesmo tempo, foram entabuladas negociações com firmas interessadas na compra de madeiras extraídas, que eram, em sua quase totalidade, das espécies mogno e cedro. [...] Autorizaram e superintenderam essas atividades do SEM os Srs. Dr. Archimedes Pereira Lima, Presidente da FBC... e Dr. Manoel José Ferreira, Conselheiro da FBC e que foi nomeado para... dirigir o SEM, em Portaria..., expedida pelo Dr. Archimedes, mas tudo de maneira irregular... [...] Não há cabal certeza de que outras importâncias não tenham sido recebidas, irregularmente... pois que jamais existiram escrituração, registro de faturas e contas das vendas de madeiras... Não fora o relevante subsídio prestado pelos Bancos e firmas compradoras... tornar-se-ia impossível a apuração das vendas de madeiras.³⁶

Individualizaram-se também, nesse relatório, as quantias pelas quais cada um daqueles indivíduos teria que responder, do total dos recursos financeiros desaparecidos. Durante a realização do inquérito, em março de 1955, Gastão de Paula Soares veio a falecer, subitamente.³⁷

36 O relatório foi datado de 28 de dezembro de 1955 e assinado pelos membros da comissão de inquérito: Joel de Almeida Castelo Branco – Gen. Bgda R.1, Presidente da Comissão; Sylo Furtado Soares de Meirelles – Coronel; José de Bruce Machado – Aux. Adm. Ref. 29 (AN-DF).
37 Informação contida nos autos do processo do qual resultou o relatório acima aludido. Este indivíduo, pelos depoimentos que prestou à comissão de inquérito, bem como pelas correspondências que dirigiu

Não sabemos dizer se os dois outros indiciados responderam, em outras instâncias, pelas irregularidades praticadas na gestão do SEM.

Em novembro daquele ano de 1954, o novo presidente da FBC escrevera ao recém empossado presidente da República (em razão do falecimento do presidente Getúlio Vargas), João Café Filho, relatando os acontecimentos produzidos pela ação do SEM e as dificuldades financeiras em que se via a Fundação, naquele momento, em decorrência das irregularidades praticadas pelos gestores daquele Serviço, principalmente no que se referia à apropriação de recursos financeiros da Estrada de Ferro Tocantins. Sem dizer claramente, a expectativa do presidente da Fundação era, ao que parece, que os cofres públicos federais viessem a suprir a FBC com recursos financeiros suplementares, necessários ao ressarcimento à EFT da vultosa quantia que lhe fora subtraída, um dos motivos pelos quais o estado de conservação da linha férrea (MACIEL, 2011), naquela época, deteriorava-se, sempre mais:

Está, assim, a Estrada credora da Fundação e do seu Serviço de Madeiras – em última análise, desta entidade, sozinha – da importância de Cr\$ 1.232.012,20. Ora, encerrando-se, dentro de breves dias, o presente exercício financeiro da União e não dispondo esta Fundação dos necessários recursos para saldar tais compromissos... achei de meu dever enviar, em tempo oportuno, estas informações a Vossa Excelência (Correspondência, 12/11/1954).

O empreendimento madeireiro da FBC no médio vale do rio Tocantins encontrou, como se viu neste trabalho, condições excepcionalmente favoráveis à lucratividade, do ponto de vista das características dos recursos florestais ali existentes. Fatores de natureza política, asso-

ao novo presidente da FBC, foi peça-chave na elucidação do caso ora em foco. Consta dos autos também que, naquela ocasião, Francisco Grywinski padecia de doença grave, razão pela qual não chegou a ser inquirido pela comissão. Os autos deste processo fazem parte do acervo da FBC (AN-DF).

ciados à circunstância de achar-se o PTB, partido do presidente da FBC (e integrante da coligação que elegeu o presidente da República, Getúlio Vargas, em 1950), em agressivo movimento ascensional, no contexto político-partidário nacional, contribuíram, em grande medida, para o insucesso da empresa.

Acresceu-se a tais fatores, por certo, a baixa competência administrativa dos gestores do empreendimento, notadamente do seu gerente-técnico, do seu diretor e do presidente da FBC, este, a quem cabia a última palavra nas decisões concernentes ao SEM. O encerramento da trajetória deste Serviço decorreu, no entanto, diretamente, da contingência do falecimento do presidente da República Getúlio Vargas; isto, em virtude das mudanças que se seguiram, quanto à ocupação dos postos de poder na administração federal, aí incluída a presidência da FBC.

De um modo ou de outro, a efemeridade da atuação do SEM na região do médio Tocantins contou ponto, bem provavelmente, a favor da preservação, ainda que temporária, do patrimônio florestal desta região. A trégua foi, todavia, de curta duração. A construção da rodovia Belém-Brasília, em fins dos anos 1950, produziria transformações de toda ordem, no território oriental do vale amazônico, em razão do rápido processo de povoamento de suas áreas adjacentes, a proliferação de núcleos urbanos e o estabelecimento de atividades econômicas predatórias da natureza na região.

As transformações de grande vulto, todavia, iriam se inaugurar na década de 1970, em consequência de dois grandes empreendimentos estatais em infra-estruturas ali realizados, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (e o imenso lago que se formou para alimentá-la) e a Estrada de Ferro Carajás, esta, responsável imediata pelo intenso afluxo de povoadores para a região, em

demanda de trabalho e demais condições de vida. Estes dois empreendimentos cooperaram, mutuamente, para a produção do fenômeno de transformação radical que hoje assola a região oriental da Amazônia. Trata-se de um processo que começou pelo boom industrial ali verificado em extração mineral e em siderurgia, graças à abundância de energia elétrica ofertada pela usina de Tucuruí e a existência de um eficiente sistema de transportes, constituído pela ferrovia Carajás e as modernas instalações portuárias de Itaquí, no estado do Maranhão.

Fontes originais

Documentos do acervo da Fundação Brasil Central, integrante do Fundo da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, atualmente sob a guarda da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal.

Fontes primárias impressas

MEIRELLES, Silo. Brasil Central: notas e impressões. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

REIS, Arthur Cezar F. A Amazônia e a cobiça internacional. Rio de Janeiro: Record, 1968.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Política de desenvolvimento da Amazônia: SPVEA 1954/1960. Volume II – Nova política de desenvolvimento. Belém: SPVEA/Presidência da República, 1954. (Mimeo)

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA. Política de desenvolvimento da Amazônia: SPVEA – 1954/ 1960. I Volume – Balanço das atividades da SPVEA. Belém: SPVEA/Presidência da República, 1960. (Mimeo)

TELLES, Carlos. História secreta da Fundação Brasil Central: retrato de João Alberto e de uma época. S/L: Editora Chavante, 1946.

Referências bibliográficas

COTA, Raymundo G. Setor madeireiro na região de Carajás. In: COELHO, M. Célia N.; COTA, Raymundo G. (orgs.). Dez anos da Estrada de Ferro Carajás. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 145-164.

GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia, amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE/CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA. Geografia do Brasil: Grande Região Norte. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

MACIEL, Dulce Portilho. A rota Araguaia-Tocantins de comunicação mercantil entre Goiás e Belém do Pará – 1846/1967. In: GOULARTI FILHO, Alcides; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó (Orgs.) Transportes e formação regional: contribuições à história dos transportes no Brasil. Dourados: Ed. UFGD, 2011, p. 41-78.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: SILVA, Ademir Luiz da; OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; Mello, Marcelo de. (Orgs.) Território, cidades e cultura no cerrado. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2012, p. 29-52. (Coleção Tessituras do Cerrado)

MENEZES, M. Nazaré; GUERRA, Gutemberg A Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as Fábricas Reais do período colonial e as atuais serrarias. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, CNPq, v. 15, n. 3, set./dez. 1998, p. 123-145.

